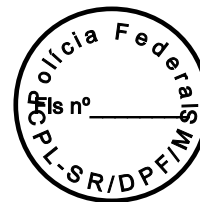




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



---SIAPRO---
SR/DPF/MS

xxxxx.xxxxxxx/200x-XX

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO Nº. ____/2011-SR/DPF/MS

CONTRATO QUE SE CELEBRA ENTRE A UNIÃO FEDERAL, REPRESENTADA PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, E A EMPRESA _____ CNPJ _____ NA FORMA ABAIXO:

A União, representada pela SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, sito na Rua Luis Fernando Fernandes, nr. 322 – Vila Sobrinho, Campo Grande/MS – Cep: 79.110-500, com o CGC nº 00.394.494/0084-63, neste ato denominada CONTRATANTE e representada pelo Senhor Superintendente Regional, o Senhor _____, Delegado de Polícia Federal, residente nesta capital, portador da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito no CPF/MF sob nº _____, e a empresa: _____, situada à _____, inscrita no CNPJ nº _____, doravante denominada CONTRATADA e representada por _____, brasileiro, casado, portador do CPF nº _____ e Cédula de Identidade nº _____, tem, entre si, justo e avençado, e celebram o presente contrato que será regido pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO. O presente Contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CHAVEIRO E CONFECÇÃO DE CHAVES E CARIMBOS à Superintendência Regional de Polícia Federal de Mato Grosso do Sul**, incluindo-se os materiais necessários, nas quantidades e especificações contidas nos anexos que integram este Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE. A finalidade deste instrumento é proporcionar à Contratante as condições essenciais ao bom funcionamento e desenvolvimento de suas atividades.

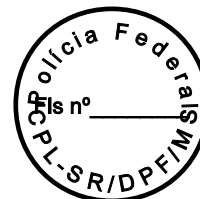
CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE. Por este instrumento, a Contratante obriga-se a:

1 - permitir o livre acesso dos empregados da Contratada para instalação, manutenção e execução dos serviços contratados, bem como reparos e substituições de peças durante o prazo de vigência deste contrato;

2 - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados credenciados da Contratada;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



3 - prover local adequado para instalação dos equipamentos da Contratada, utilizados na execução dos serviços e colocar à disposição dos empregados da Contratada, local para guarda de outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços;

4 - promover, por intermédio do servidor designado na forma do art. 67 da Lei 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto deste CONTRATO, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;

5 - efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA. Por este instrumento, a Contratada obriga-se a executar os serviços obedecendo às especificações discriminadas no Anexo I do Pregão Eletrônico Nº 02/2011.

A CONTRATADA obriga-se ainda a:

1. credenciar, junto à CONTRATANTE, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;

2. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

3. observar rigorosamente as disposições do anexo I do edital do Pregão nº 01/2010, que é parte integrante deste contrato;

4. Comprovar que possui, em seu quadro de pessoal, empregados habilitados para executar os serviços objeto deste contrato;

5. A Contratada deverá executar os serviços de chaveiro, no prazo máximo de 01 (uma) hora, contado a partir da solicitação dos serviços pelo NAD/SELOG/SR/DPF/MS, o qual deverá proceder ao devido registro no formulário de controle mensal de solicitação dos serviços;

6. A Contratada deverá executar os serviços de confecção de carimbos, no prazo máximo de 08 (oito) horas, a cada lote de até 20 (vinte) carimbos. O prazo será contado a partir da solicitação pela Seção de Compras e Licitações, a qual deverá proceder ao devido registro no formulário de controle mensal de solicitação dos serviços;

7. Submeter-se à fiscalização da Contratante, quando presente a necessidade de diligenciar para certificar-se da regular execução deste Contrato;

8. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou pressuposto causarem ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenização cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9. Observar todas as orientações da CONTRATANTE, para o fiel desempenho de suas atividades;

10. Conceder aos serviços contratados especial prioridade para execução, salvo por motivo de força maior devidamente comprovada.

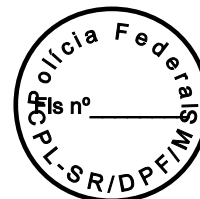
11. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes deste Contrato;

12. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere à Administração a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS. À Contratada caberá ainda:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



1 - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão qualquer vínculo empregatício com a Contratante;

2 - assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da Contratante;

3 - assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes deste Contrato.

Parágrafo Único. A inadimplência da Contratada, não transfere à Administração a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE GARANTIA. Os Serviços Prestados, bem como os materiais (chaves e carimbos) resultantes, objeto desta contratação, gozarão de cobertura total no que diz respeito ao seu perfeito funcionamento durante todo o período de vigência do Contrato, contados da data da efetiva entrega e aceitação pela Contratante, permanecendo isenta a Contratante do pagamento de quaisquer custos, exceto aqueles inquestionavelmente relacionados com o valor mensal dos serviços prestados.

A Contratada deverá, ainda:

- 1 – substituir quaisquer peças defeituosas;
- 2 – corrigir defeitos de fabricação ou projetos;
- 3 – fornecer todos os materiais de consumo que se façam necessários para a regular execução dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo representante da administração, especialmente designado pelo Senhor Superintendente Regional da SR/DPF/MS, que anotarà, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, como prevê o Artigo 67 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Primeiro. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. Procederá à juntada de documentos relevantes no processo administrativo pertinente ao contrato.

Parágrafo Segundo. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas ao SELOG/SR/DPF/MS, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

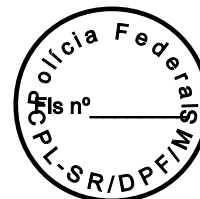
Parágrafo Terceiro. A Contratada deverá exercer fiscalização permanente sobre os serviços por ela executados, objetivando:

- 1- Manter elevado padrão de qualidade dos serviços prestados;
- 2- Manter permanente contato com a fiscalização da Contratante, para solução de eventuais problemas.

Parágrafo Quarto. O fiscal do contrato, em caso de qualquer infringência contratual não justificada pela contratada, procederá à apuração da penalidade em que recai a contratada,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



oficiando à mesma para dar-lhe a faculdade de defesa, e após lavrará relatório e considerações, encaminhando à diretoria do Foro para decisão quanto à aplicação ou não da penalidade.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE POR DANOS: A Contratada será a única responsável por todo e qualquer dano provocado ao patrimônio da Contratante, quando decorrente da execução dos seus serviços objeto do presente contrato.

Parágrafo Único. A Contratada será a única responsável por quaisquer consequências oriundas de acidentes que possam vitimar seus empregados nas dependências da Superintendência de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, quando no desempenho dos serviços atinentes ao objeto deste Contrato, ou em conexão com eles, devendo adotar todas as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor.

CLÁUSULA NONA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. As despesas da presente licitação correrão à conta dos recursos consignados ao Departamento de Polícia Federal, no Orçamento Geral da União para o exercício de 2011. Natureza da Despesa: 339039 e 339030.

Parágrafo Único. Para a cobertura das despesas relativas ao corrente exercício, será emitida a Nota de Empenho estimativa nº, de, tipo global, à conta da dotação especificada nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA - PREÇO. O valor anual estimado para o período contratado será de (.....), correspondendo à prestação dos serviços, ora contratados, na SR/DPF/MS.

Parágrafo Único. No preço constante no *caput* desta Cláusula, estão computadas todas as despesas com mão-de-obra, fornecimento dos serviços e materiais de consumo necessários, ferramental, bem com todos os impostos, os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguro, fretes, taxas e outras despesas, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Contrato e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PAGAMENTO. O pagamento integral será efetuado pelo NEOF/SR/DPF/MS, em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária, e ocorrerá até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura pelo setor responsável pelo pagamento, devidamente atestada pelo setor competente, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela Contratada.

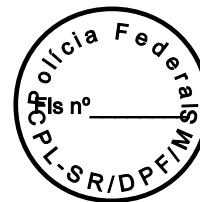
Parágrafo Primeiro. O documento de cobrança consignará valores em Reais e discriminará os serviços prestados, o objeto da contratação, o nome e nº do banco, nome e nº da agência e nº da conta-corrente para depósito, número do contrato e ainda, será considerada para fins de pagamento a data do protocolo deste documento no setor competente.

Parágrafo Segundo. Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar Nota Fiscal em 02 (duas) vias, discriminando a execução do objeto destes autos, bem como mencionar o nº da Nota de Empenho e se é optante pelo SIMPLES, cuja comprovação também deverá constar.

Parágrafo Terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

Parágrafo Quarto. Antes da liquidação do pagamento a Contratante consultará ON-LINE o SICAF, imprimindo e juntando nos autos o resultado da consulta, que deverá estar com a sua documentação obrigatória válida, conforme estabelece o Decreto nº 3.722, 09/01/2001, ou, alternativamente a contratada apresentará diretamente os comprovantes correspondentes à consulta On Line ao SICAF, devendo ocorrer o pagamento depois de confirmada a regularidade da sua documentação fiscal.

Parágrafo Quinto. Ocorrendo atraso no pagamento, por parte da Contratante, e desde que para tanto a contratada não tenha concorrido de alguma forma, haverá incidência de juros de mora de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento até a data da sua efetivação.

Parágrafo Sexto. A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes à multa ou indenizações devidas pela Contratada.

Parágrafo Sétimo. Qualquer atraso ocorrido na apresentação dos documentos por parte da Contratada ou comprovação de estar a empresa com documentação fiscal vencida importará em prorrogação automática de seu vencimento, por período igual ao do atraso verificado.

Parágrafo Oitavo. Conforme IN conjunta SRF/STN/SFC nº 04, de 18 de agosto de 1997, serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo “SIMPLES”, e tributos municipais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE. Os preços contratados não estão sujeitos a reajuste, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES. Pela inexecução total ou parcial do contrato o Contratante poderá aplicar as seguintes sanções: advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Justiça Federal – Seção Judiciária do Pará e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com os artigos 86 a 88 da Lei n. 8.666/93, cabendo defesa prévia, recurso e vista do processo, nos termos do artigo 109 do referido diploma legal.

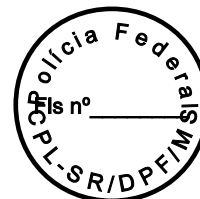
Parágrafo Primeiro. Na hipótese de a Contratada recusar-se a receber a Nota de Empenho ou assinar o contrato, será aplicada multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.

Parágrafo Segundo. Pela inexecução total ou parcial do compromisso, a Administração poderá rescindir o Contrato, cancelar saldo de empenho e aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou sobre a parte executada com atraso.

Parágrafo Terceiro. O atraso injustificado no cumprimento do objeto contratado ou de prazos estipulados, exceto o definido no parágrafo primeiro desta cláusula, sujeitará a Contratada à multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da nota fiscal, se for o caso, sobre o valor correspondente à parte executada com atraso.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



Parágrafo Quarto. Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados para a prestação, total ou parcial, do(s) serviço(s), deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência.

Parágrafo Quinto. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo de execução dos serviços, deverá ser encaminhada à NAD/SELOG/SR/DPF/MS, até o vencimento do prazo de prestação inicialmente estipulado, ficando a critério do Contratante a sua aceitação.

Parágrafo Sexto. Vencido o prazo proposto, sem prestação do serviço, total ou parcialmente, o Contratante oficiará à Contratada comunicando-lhe a data-limite para a regularização de sua prestação. A partir dessa data considerar-se-á inadimplência, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o Parágrafo terceiro desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao Contratante pela Contratada serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos mediante GRU em favor da SR/DPF/MS, ou cobrados judicialmente.

Parágrafo Oitavo. A Contratada inadimplente que não tiver valores a receber do Contratante, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa, na forma estabelecida no parágrafo anterior.

Parágrafo Nono. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, no qual se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Décimo. A aplicação das multas não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA. O presente contrato entra em vigor em **xx/xx/2011**, estendendo-se até o dia **31.12.2011**.

Parágrafo Único: O presente contrato poderá ser prorrogado de acordo com o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1.998, observando-se a dotação orçamentária e financeira a ser alocada para a Superintendência Regional do DPF/MS, mediante Termo Aditivo, desde que haja interesse entre as partes contratantes.

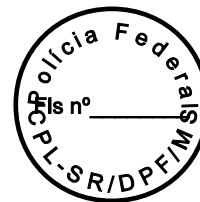
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO. Ficará o presente Contrato rescindido, caso ocorram os motivos constantes nos artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÃO. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO. O presente instrumento será publicado em forma de extrato, no D.O.U., em conformidade com o disposto no § 1º do art. 61 da Lei 8.666/93.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO. Fica eleito pelas partes o Foro da Justiça Federal em Campo Grande/MS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Campo Grande-MS, de de 2011.

CONTRATANTE:
Superintendente Regional

CONTRATADA:
Contratada

TESTEMUNHAS: a)..... b).....
CPF: CPF: